

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.375.288 - TO (2018/0257750-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADOS : ADELMO AIRES JÚNIOR
AGRIPINA MOREIRA - TO004112B
AGRAVADO : PETERSON QUEIROZ DE ORNELAS
ADVOGADO : TIAGO COSTA RODRIGUES - TO001214

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pelo Estado de Tocantins contra decisão que inadmitiu o recurso especial com base nos nestes fundamentos: i) óbice da Súmula 7/STJ; ii) ausência de prequestionamento.

Das razões do agravo interposto, verifico que a parte interessada não impugnou, de forma precisa, os argumentos da decisão combatida, o que atrai, por analogia, a incidência da Súmula 182 desta Corte: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Em primeiro lugar, a ausência de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão que nega admissibilidade ao recurso especial impede o conhecimento do agravo, independentemente de se tratar de fundamento autônomo ou não.

Ademais, não basta a assertiva genérica de que não se aplica ao caso a Súmula 7/STJ ou a mera reprodução das razões do apelo nobre. É imprescindível o cotejo entre o acórdão recorrido e a argumentação trazida no recurso especial que pudesse justificar o afastamento do referido óbice processual, mormente quando o Tribunal de origem afirma que o curso no qual o recorrido participou não refletiu vantagem ao ente patrocinador, nem foi imposta qualquer contraprestação de serviços.

Vale conferir a jurisprudência:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em

seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, *caput*, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal *a quo* que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 701.404/SC, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/9/2018, DJe 30/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA. ISENÇÃO. BOLSA DE ESTUDOS. CONCURSO PÚBLICO PARA CARREIRA DA MAGISTRATURA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO E DE LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 7 DO STJ E 280 DO STF. APLICAÇÃO.

1. Em interpretação ao art. 26 da Lei n. 9.250/1995, firmou-se o entendimento nesta Corte Superior pela estrita observância da hipótese legal, afastando-se a incidência do imposto de renda sobre bolsa de estudos somente quando caracterizada a doação financeira, o que, por consequência, enseja a inexistência de contraprestação do serviço desenvolvido pelo contribuinte.

2. A depender da situação fática delimitada pelo Tribunal de origem, tem-se entendido, com apoio na Súmula 7 desta Corte, pela inadequação do recurso especial para se decidir a respeito da real natureza da verba paga ao beneficiário da bolsa de estudos. Precedentes.

3. Hipótese em que a análise recursal demandaria a interpretação da legislação que instituiu a bolsa de estudos a candidatos do concurso da magistratura, bem como a investigação das atividades desenvolvidas pelos candidatos durante a realização da etapa eliminatória do curso de formação, razões pelas quais o recurso especial não pode ser conhecido, por encontrar óbice nas Súmulas 7 do STJ e 280 do STF.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 967.322/MG, Rel. Min. GURGEL DE FARIA,

PRIMEIRA TURMA, julgado em 9/10/2018, DJe 14/11/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

